

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.546 - DF (2019/0249753-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MARIA AUXILIADORA**
ADVOGADO : **CARLOS FREDERICO DE FARIA PEREIRA - DF015468**
AGRAVADO : **DENISE DANTAS**
ADVOGADO : **ROGERIO CARNEIRO RODRIGUES - DF025907**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. 1. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. LAUDO PERICIAL. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA CONCLUSÃO ADOTADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Maria Auxiliadora contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Quinta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios negou provimento à apelação interposta pela ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 304):

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. NÃO VERIFICADA. ART. 489 DO CPC. SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PELO JUÍZO “A QUO”. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O Julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. Ressalte-se que fundamentação sucinta não significa fundamentação insuficiente.

2. No caso em comento, o juiz sentenciante expôs devidamente os fundamentos necessários para o julgamento da demanda, em obediência ao previsto no art. 93, inciso IX, da CF e no art. 489, § 1º, do CPC. Assim, não se vislumbra ocorrência de nulidade por ausência ou insuficiência de fundamentação na decisão recorrida, uma vez que a r. sentença apresenta considerações suficientes para a conclusão obtida.

3. Por força de previsão legal (art. do 479 do CPC), o Julgador não

Superior Tribunal de Justiça

esteja adstrito ao laudo técnico pericial, não menos certo é que a realização de perícia é indispensável para elucidar fatos que dependam de conhecimentos técnicos especializados que não estejam ao alcance do julgador (art. 464, inciso I, do CPC). No caso dos autos, o Magistrado fundamentou a sentença nas conclusões do laudo pericial, que CPC constitui elemento de prova para embasar a livre convicção do Juízo (art. 371 do CPC), somente devendo ser desprezado quando exista razão plausível para tanto, o que não ocorreu na presente hipótese.

4. RECURSO CONHECIDO e DESPROVIDO. Sentença mantida.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação aos arts. 489 do CPC/2015 e 1.277 do CC.

Alegou que, na sentença, não teriam sido enfrentados todos os argumentos capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada.

Insurgiu-se contra a conclusão do laudo pericial, asseverando haver ameaça de desabamento do muro, risco à saúde em razão das fezes dos morcegos atraídos pela quantidade de árvores do imóvel vizinho, além de perturbação do sossego pelo volume de folhas despejadas em seu terreno.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte distrital, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, observa-se, das razões recursais, que a irresignação da recorrente diz respeito à suposta falta de fundamentação da sentença, na qual o magistrado concluiu, com base no laudo pericial, que os danos no muro divisório não teriam sido causados pelas árvores do imóvel vizinho.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, afastou a alegação de ausência de fundamentação da decisão proferida no primeiro grau, asseverando, para tanto, que (e-STJ, fls. 307-311):

Observa-se que, no ID n.º 5626530, a parte autora requereu a produção de prova pericial com o objetivo de verificar a relação entre as fissuras encontradas no muro de divisa dos lotes de propriedades das partes envolvidas na demanda e a árvore localizada no lote de propriedade da ré.

No ID n.º 5626531, o magistrado determinou a produção da prova pericial pleiteada, nomeando a perita do juízo e fixando o seguinte quesito: “o motivo da rachadura no muro e se eventualmente é

Superior Tribunal de Justiça

provocada ." pela proximidade da mangueira na residência da requerida Denise O laudo pericial foi conclusivo acerca da ausência de nexo de causalidade entre as fissuras encontradas no muro de divisa dos lotes de propriedades das partes e a árvore localizada no lote da ré, conforme se vê (ID n.º 5626559):

(...)

A autora apresentou a impugnação ao laudo pericial de ID n.º documentação de IDs n.ºs 5626570, 5626568, 5626569 e 5626571. A perita manifestou-se no ID n.º 5626581.

Faz-se necessário salientar que, ainda que, por força de previsão legal (art. do 479 CPC), o Julgador não esteja adstrito ao laudo técnico pericial, não menos certo é que a realização de perícia é indispensável para elucidar fatos que dependam de conhecimentos técnicos especializados que não estejam ao alcance do julgador (art. 464, inciso I, do CPC). O referido laudo pericial constitui elemento de prova para embasar a livre convicção do Juízo (art. 371 do CPC), somente devendo ser desprezado quando exista razão plausível para tanto, o que não ocorreu no presente caso.

No caso dos autos, o juiz sentenciante expôs devidamente os fundamentos necessários para o julgamento da demanda, em obediência ao previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil. Assim, não se vislumbra ocorrência de nulidade por ausência ou insuficiência de fundamentação na decisão recorrida, uma vez que a r. sentença apresenta considerações suficientes para a conclusão obtida.

Da análise da r. decisão recorrida, verifica-se que o MM. Juiz expôs as razões pelas quais indeferiu os pedidos contidos na inicial:

(...)

Nesse contexto, a alegação de omissão ou fundamentação insuficiente na decisão integrativa proferida pelo Juízo não merece prosperar, uma vez que o magistrado apreciou todas as questões trazidas a quo pelas partes.

Ressalte-se que fundamentação sucinta não significa fundamentação insuficiente. Desse modo, o simples inconformismo com a solução jurídica dada ao caso não torna a decisão omissa, obscura ou contraditória.

(...)

Nesse quadrante, caso o julgador não se manifeste sobre todos os argumentos trazidos pela parte, isso, não basta para caracterizar a omissão, como sustentado, sendo suficiente que o magistrado adote per si, determinada tese e a fundamente de forma inequívoca.

Dessa forma, rejeito a alegação de nulidade da decisão recorrida por falta de fundamentação.

No caso, verifica-se que a convicção do juízo sentenciante está embasada na conclusão do laudo pericial, fato admitido pela própria insurgente, razão pela qual, embora se pudesse considerar que a decisão foi desacertada, não haveria que se falar em ausência de fundamentação.

Superior Tribunal de Justiça

Ora, se os fundamentos da decisão recorrida "não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Nesse sentido, confira-se ainda: REsp 1.589.352/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 2/4/2019, DJe 4/4/2019.

Por fim, é importante esclarecer que, tendo o magistrado adotado, com base em fundamentação consistente, a conclusão do laudo pericial, não há como esta instância superior afastar o referido elemento de prova – para concluir pela existência de riscos à saúde, ao sossego e à segurança da recorrente –, porquanto tal providência exigiria o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. LAUDO PERICIAL ELABORADO EM DESACORDO COM NORMAS TÉCNICAS. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS PERICIAIS. ÔNUS DO SUCUMBENTE NA AÇÃO.

(...)

IV - (...) esta Corte entende que a verificação da existência de vícios em laudo pericial elaborado na instâncias inferiores esbarra no enunciado da Súmula n. 7/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame de circunstâncias fáticas e do conjunto probatório dos autos.

(...)

VI - Agravo conhecido para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

(AREsp 1490062/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 30/09/2019)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

